

PREFEITO GUARDA DINHEIRO PARA GASTAR EM ANO DE ELEIÇÃO

APOSENTADORIA

Atenção servidor: fique atento aos comunicados do Sindsep. Em breve o sindicato fará plantão de atendimento para os trabalhadores de todas as áreas para discutir questões relativas à aposentadoria na categoria.

• Diante da greve dos funcionários Kassab ofereceu 11,23% para o setor da saúde, mas deixou cerca de 50 mil servidores sem resposta.

• Categoria se reorganiza para mudar lei orçamentária na Câmara e preparar campanha salarial de 2012.

• Prefeitura tem 7 bilhões em caixa, valor equivale ao orçamento de uma cidade do porte de Belo Horizonte, mas para o funcionalismo, 0,01%.

• Kassab segue negando reposição de 39,7% nos salários dos trabalhadores da administração pública municipal para usar o dinheiro em 2012.

ATO PÚBLICO DIA 12 DE DEZEMBRO

É na Câmara Municipal, a partir das 10h

Vamos lá, companheiros e companheiras! Cobrar reajustes para 2012, combater a perseguição aos grevistas e o Assédio Moral



Categoria unida em 2012

O ano de 2011 vai chegando ao fim, mas a nossa luta não! 2011 aponta para um balanço positivo, os trabalhadores públicos da PMSP demonstraram força e disposição de luta por aquilo que sabem ser justo: melhores condições salariais e de trabalho e conseqüentemente melhor prestação de serviço à população que é quem paga nossos salários, embora façamos parte desta população, pois, somos usuários dos serviços públicos e também pagamos impostos.

A greve realizada pela categoria entre agosto e setembro foi vitoriosa, embora não tenhamos alcançado nossa principal reivindicação, os 39,79% de reajuste salarial para todos. Porém, não podemos negar que a nossa mobilização mexeu com a administração forçando-os a nos receber em todas as vezes em que os trabalhadores bateram à sua porta para serem atendidos fora das mesas de negociação com datas pré-estabelecidas e garantindo, inclusive, a participação de trabalhadores da base nessas negociações.

Esse processo garantiu a extensão de gratificações a setores excluídos, tirar da gaveta o plano de carreira das autarquias hospitalares e romper com a seqüência do 0,01% ao menos para o setor da saúde.

O ano de 2012 será um ano de grandes desafios para a categoria que deve manter-se turbinada e a postos para chamado do Sindsep, pois, por ser ano eleitoral, o nosso tempo será curto. Conforme a lei 950/97, aumentos ao funcionalismo só podem ser concedidos em até três meses antes do pleito. A prefeitura pode se utilizar desse expediente para protelar negociações até o vencimento do prazo e usar a lei eleitoral como desculpa para não reajustar salários e outros benefícios. Precisamos sair na frente e para isso temos que manter as baterias aquecidas, pois, nossa meta é conseguir negociar nossas reivindicações antes do prazo legal e com sucesso. Vale lembrar que o momento vivido pelo Brasil é bastante estimulante na questão econômica e abre espaço para busca de melhorias aos trabalhadores. Apesar da crise mundial, o país tem conseguido manter sua economia aquecida, com geração de emprego e conquistas trabalhistas em diversas áreas. Na cidade de São Paulo, a batalha é maior, por isso mesmo, mais desafiadora.

O Sindsep quer continuar contando com a mobilização e participação dessa categoria na luta contínua entre o capital e trabalho que extrapola o campo privado e também se reflete na administração pública. A vitória dos trabalhadores públicos municipais será a vitória de toda sociedade por uma cidade mais justa e que ofereça serviços públicos de qualidade com atendimento humanizado à população, o que somente será possível com valorização da função pública, por meio de uma política salarial ideal exercida em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna para trabalhadores e trabalhadoras no serviço público.

A organização por local de trabalho tem sido fundamental para garantia da cobrança das nossas reivindicações. Tem sido um instrumento poderoso para todas as categorias organizadas, bancários, metalúrgicos, profissionais da educação e tantos outros, na hora da luta por salários, e outras questões que envolvem os trabalhadores como o assédio moral.

Contamos com vocês, organizem-se, elejam seus representantes sindicais por local de trabalho, pois, só assim nossa luta será exitosa.

Vem pra luta você também!!!!

Irene Batista
Presidente do Sindsep



Secretário dá explicação sobre greve do serviço funerário

O secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, Rubens Chamas, esteve na reunião da Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de São Paulo no dia 26 de novembro para prestar esclarecimentos referentes à greve dos funcionários públicos com relação ao serviço funerário entre os dias 30 de agosto e 2 de setembro.

As explicações do secretário, entretanto, não contemplaram aquilo que havia sido questionado a ele pelos vereadores da comissão e pelos advogados e funcionários públicos. Chamas apresentou dados como os reajustes aplicados pela Administração Municipal desde 2005 e planos para 2012.

“Não há proposta de reajuste para nós. Somente as gratificações não bastam. Nenhuma medida para repor nossas perdas é apresentada. O projeto 477/11, que prevê reajuste de 11,2% para a classe médica em 2012, poderia ser estendido a todos os servidores”, disse José Alfredo, funcionário do serviço funerário.

O servidor reclamou que sua categoria não recebe reajuste há 16 anos. “Negociamos com pre-



Passeata dos servidores públicos na Rua São Bento, centro de São Paulo

feitos e secretários de planejamento há anos e nada conseguimos. Não sensibilizamos nem a Câmara nem a Prefeitura. A greve foi o único recurso que achamos para sensibilizar. E, ao invés de negociação, recebemos uma falta injustificada, que nos pune agora em vencimentos e nos impede de progredir no plano de carreira. É uma punição permanente e muito radical”, disse, pedindo aos vereadores a criação de uma lei que reponha a inflação anual do período para a categoria.

“A perseguição aos grevistas é intolerável. Tem que ter a consideração de parar com isso, porque não é próprio das democracias. Queremos nos colocar como ponto de diálogo nessa questão. Os vereadores estão dispostos a ajudar no que for

possível”, disse o vereador Eliseu Gabriel (PSB), presidente da Comissão de Administração Pública.

João Batista Gomes, Secretário de Assuntos Jurídicos e Econômicos do Sindsep, pediu um revisão na lei salarial, que data de 1995. “Em cinco anos, houve aumento de somente 3%, bem abaixo da inflação. Calcule nossas perdas. E não basta o PL 477/11, que dá o reajuste para o quadro da saúde em 2012, porque esse projeto não contempla os funcionários dos níveis básico, médio e superior que não sejam do quadro da Saúde”.

João disse ainda que a Prefeitura não cumpre sua promessa de retomar a negociação com os funcionários do serviço funerário em troca do fim da greve.

“Temos um grupo de trabalho atuando para fazer a revisão da lei salarial. Muito já foi feito, mas muito há por fazer. Há muito a avançar ainda, foi minha primeira negociação salarial e em nenhum momento a administração se furtou de participar de discussões, ouvir negociações. Temos como objetivo melhorar os vencimentos dos trabalhadores de nível médio e nível básico”, explicou Chamas.

Carta aberta à população

No dia de finados o Sindsep, com a colaboração de trabalhadores do serviço funerário, distribuíram 10 mil cartas a população de São Paulo. Solidarizando-se com as famílias, neste dia que homenageia seus entes e pedindo apoio a luta por melhores condições de trabalho e salário (veja a

íntegra no site). No Cemitério da Vila Formosa, maior da América Latina, a população recebeu com bastante simpatia a carta explicando os motivos da greve e criticou não só a postura do prefeito, mas também a situação em que se encontra a cidade. Ao tomar conhecimento de quanto foi o aumento do prefeito e secretários a reação era de espanto: “pois como pode alguém aumentar tanto assim seu próprio salário”, era o que mais se ouvia.

MUNICIPAIS DE SÃO PAULO - NOVEMBRO DE 2011

Sede: Rua da Quitanda, 162 - Centro - CEP 01012-010 - São Paulo SP - Tel/fax: (11) 2129 2999 - secgeral@sindsep-sp.org.br - www.sindsep-sp.org.br - Presidente: Irene Batista de Paula



twitter.com/sindsep



facebook.com/sindsep

Sindsep garante férias coletivas com anulação de decisão do TJ

Em 24 de outubro, a Justiça acolheu, em audiência de julgamento, a petição do Sindsep solicitando a anulação da decisão que impedia CEIs e EMEIs de interromperem o atendimento nas férias de janeiro e nos recessos de julho e dezembro. O Sindsep, foi a primeira entidade sindical que pleiteou ser parte do processo judicial, movido pela Defensoria Pública contra a Prefeitura de São Paulo. Apesar de ser parte do processo desde agosto de 2009,



não houve a intimação dos advogados do Sindsep para acompanhar o julgamento, ocorrido em fevereiro deste ano, quando os desembargadores decidiram que a Educação Infantil não podia sofrer interrupção nas suas atividades. Este foi o único motivo que justificou a anulação.

A iniciativa do pedido de anulação da decisão garantiu o recesso de dezembro e as férias de janeiro. A medida foi tão importante que a SME chamou o Departamento Jurídico do

Sindsep e de outras entidades sindicais – que também viraram parte do processo – para unir forças na defesa da anulação.

A anulação do julgamento é uma vitória, mas esta história ainda não acabou. Novo julgamento deverá ser proferido pela Justiça sobre a questão, ocasião em que a presença do Sindicato será imprescindível. Vamos buscar o apoio do Ministro da educação, Fernando Haddad, para que seja feita a homologação, favorável às férias coletivas na educação infantil, do parecer do Conselho Nacional de Educação. Isso será um reforço importante para o novo julgamento desta causa.

Prefeitura volta atrás e libera sindicalistas para atuar na educação

Depois de impedir a liberação para atuação sindical na área educacional de Paula Leite, pela Fetam, e Nilza Oliveira, Conceição Novaes e Maria Cristina Ribeiro pelo Sindsep, a Prefeitura de São Paulo voltou atrás e publicou a autorização no Diário Oficial de 20 de outubro.

Há muito que o Sindicato tem enfrentado problemas com a SME. Em 2010 cessaram o afastamento sindical de quatro dirigentes da Educação. Foi necessária uma liminar na justiça para garantir o direito estabelecido por

lei. Neste novo mandato, mais uma vez cessaram os afastamentos de dirigentes sindicais da Educação do Sindsep. Como foi criado um artefato jurídico para impedir o afastamento no nosso sindicato – alegando que somos sindicato geral e não específico da educação – com uma interpretação errônea da lei, isso gerou a obrigação de mandar de volta para as escolas, dirigentes de mais duas entidades. Para resolver a “aberração” a SME criou um novo nó jurídico condicionando o afastamento à proporção de filiados na Educação.

O problema está solucionado provisoriamente, mas condiciona a organização política do sindicato à interpretação do governo. Impensável em termos constitucionais. Tentamos resolver na SEMPLA com uma proposta de mudança na lei, o que, na interpretação deles, gera dúvida. Apesar de não demonstrarem muita disposição em resolver o problema que deve prejudicar apenas o Sindsep eventualmente, assumiram o compromisso de receber proposta formal de mudança legal.

Curso de formação reúne trabalhadores em Cajamar

Nos dias 18 e 19 de outubro, em parceria com as Comisiones Obreras, da Espanha, a Fetam- SP, Confetam e CNTSS realizaram, no centro de treinamento de Cajamar, o terceiro módulo do curso de negociação co-

letiva, cujo eixo central foi o espaço de promoção da igualdade de gênero e racial e da saúde do trabalhador. O curso é mais um passo na formação dos dirigentes em negociação no âmbito da luta pela aprovação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ainda não sancionada no Brasil. Na avaliação do Sindsep, o curso é uma ferramenta importante para subsidiar

Negociação Coletiva: espaço de promoção da igualdade de gênero, racial e da saúde do trabalhador

os dirigentes sindicais e aprofundar a troca de informações sobre os assuntos tratados, essenciais para a luta dos trabalhadores no serviço público.

Sobre o PL 332, pisos e Agentes de Apoio

O PL 332, que trata do abono complementar para os profissionais da educação e as confusas negociações decorrentes até sua aprovação, deixaram cair a máscara desse governo que se despede em 2012 sem deixar saudade. Justamente no seu término, a atual administração da SME não se importa em esconder a forma como faz política. Todos sabíamos que as mesas de negociação eram para disfarçar acordos sem transparência desenvolvidos nos bastidores entre figuras do próprio governo. Mas, não há negociação com a SME desde fevereiro.

O PL 332 tornou-se um dos projetos mais sombrios dos últimos anos, foi negociado sem qualquer transparência pelo Secretário de Educação, Alexandre Schneider, com um único vereador da base aliada do Prefeito. Até a votação o conteúdo era desconhecido. O próprio Schneider chegou a falar publicamente que o PL substitutivo transformava Agente de Apoio em Agente Escolar, criava os cargos de Assistente de Diretor nos CEIs, aumento dos pisos originais de apoio e de gestores, aumento de duas referências no final da carreira. Nada disso aconteceu. Não fosse uma emenda acordada entre as bancadas, os pisos dos gestores e dos apoios permaneceriam rebaixados em 13,43%. Ou seja, o próprio governo encurtou as pernas do Secretário.

Conflitos de interesse eleitoral para 2012 se misturaram com o movimento sindical, sem preservar os interesses dos trabalhadores, à mercê de disputas eleitorais. O desconhecimento de quem é governo ou sindicato é nocivo. Alija-se o trabalhador do debate, da mobilização e traz a sensação de que tudo se resolve em gabinetes. Assim o aliena. Os Diretores de CEIs mais uma vez ficam sem ADs. Os Agentes de Apoio, pior. Foi prometida a eles a integração no QPE, conforme protocolo assinado pela SME, garantindo negociação entre junho e julho. Nunca aconteceu. O Sindsep vai cobrar o compromisso da secretaria e voltará a exigir que os vigias não fiquem de fora e que se conte o tempo de Agente de Apoio para o enquadramento salarial, aposentadoria e para a remoção, como consta em ofício já enviado ao secretário, até agora sem respostas.

Greve rompeu com a intransigência

O funcionalismo público de São Paulo deu um exemplo de mobilização e luta na greve travada entre o final de agosto e o começo de setembro. É verdade que muitas reivindicações não foram atendidas pela administração municipal, mas o processo que culminou na paralisação, bem como todas as ações realizadas pelos trabalhadores e pelo Sindsep, demonstraram a garra da categoria na luta por melhorias nas condições de trabalho e salário, arrancou propostas antes sem perspectivas e possibilitou a abertura de novos canais de negociação com a prefeitura e o legislativo.

Sem as três paralisações do primeiro semestre não teríamos garantido as Gratificações de Atividade para os níveis Básico e Médio do Serviço Funerário e do IPREM, GDAS para Especialistas do IPREM, GDACD para os Especialistas da Cultura e dos Esportes. Sem a greve do segundo semestre, não veríamos o rompimento da sequência de 0,01% ao garantir 11,23% de reajuste para o QPS da administração direta, do HSPM e da Autarquia Hospitalar em 2012, aumento do percentual do PPD para o Nível Superior do QPS, encaminhamento do PCCS da Autarquia Hospitalar, acordado com o Sindsep e engavetado pelo governo desde 2009, e nem o pagamento da Gratificação por Atendimento ao Público para o Serviço Funerário e IPREM.

É claro que uma categoria que acumulou perdas de 39% até 2010 considera essas propostas insuficientes. Mas o avanço está no fato demonstrado pela mobilização de uma capacidade de negociação muito maior que em qualquer momento deste governo.

KASSAB PERDEU A BLINDAGEM

Essa greve teve uma projeção nacional e até internacional que até a mídia conservadora não pôde esconder.

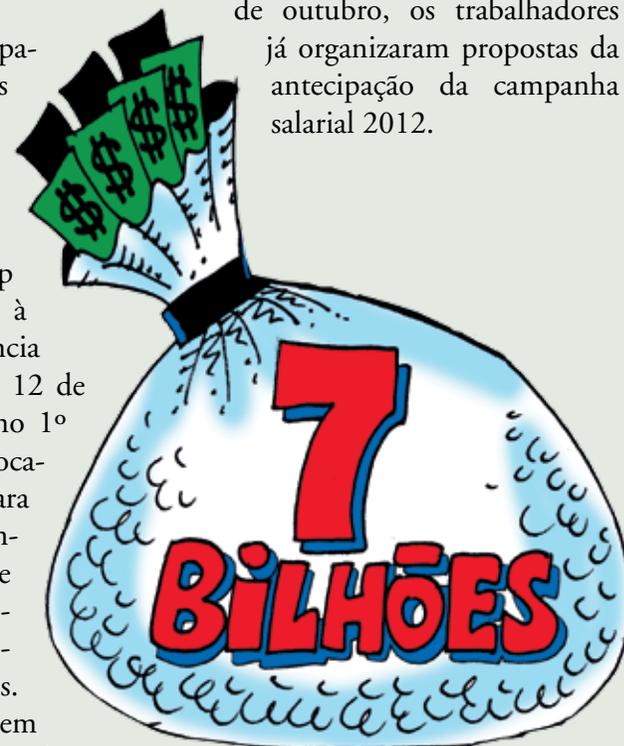
São 7 Bilhões guardados para 2012

No ano que vem temos eleições municipais e Kassab passou 2011 debruçado sobre o projeto de montar um novo partido, o PSD, para preencher o espaço deixado pela direita derrotada em 2010. Infelizmente, apesar de todas as denúncias sobre nomes fantasmas e uso da máquina para preenchimento das listas de assinatura para a criação do novo partido, o Prefeito de São Paulo conseguiu o que queria e vai poder lançar candidato para continuar sua "obra" na cidade. Para o seu projeto dar certo, Kassab economizou com

os servidores e com a população e aplicou 7 bilhões de 2011 para gastar só no ano eleitoral.

Não podemos ficar parados observando tais desmandos. Desde o início de novembro, várias audiências públicas estão acontecendo na Câmara. O Sindsep está organizando visitas à Câmara, mas a audiência principal acontecerá em 12 de dezembro às 10 horas no 1º andar da Câmara. Convocamos os trabalhadores para acompanhar essa audiência, pois é a oportunidade de mudarmos o orçamento de 2012, incluindo reajuste para os servidores. Devemos lembrar que em ano eleitoral nossa campanha

não pode passar de maio. Na plenária de mobilização ocorrida em 20 de outubro, os trabalhadores já organizaram propostas da antecipação da campanha salarial 2012.



Ainda que os órgãos tradicionais mantiveram sua prática de criminalizar o funcionalismo, o fato é que essa greve respingou na imagem do prefeito. Um dos pontos de destaque do processo de greve foi a reunião ocorrida entre o prefeito Gilberto Kassab, o secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, Rubens Chammas e os dirigentes do Sindsep, Irene Batista de Paula, presidente; Leandro de Oliveira, vice e João Batista Gomes, secretário de Assuntos Jurídicos. Pela primeira vez o Prefeito sentiu a necessidade de pessoalmente receber o sindicato.

Kassab não avançou na negociação, mas tentou tranquilizar o sindicato quanto aos resultados da Portaria 960, que pretende punir grevistas do serviço funerário. Mas segundo o Prefeito, é uma resposta à sociedade que o cobrou. Na avaliação dos dirigentes do Sindsep, a reunião, embora não tenha sido conclusiva quanto às mudanças necessárias para a melhoria da situação dos funcionários

públicos, foi um passo importante. Além de demonstrar que a administração sentiu o golpe, passando a

respeitar o poder de mobilização do funcionalismo, abriu-se novo canal de negociação.

VEJA AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE MAIOR INTERESSE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, QUE OCORRERÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (VIADUTO JACAREÍ - Nº 100 - ÀS 10H)

Serão 20 audiências públicas, sendo 2 gerais, 5 regionais e 13 temáticas; O Orçamento 2012 foi enviado à Câmara como PL nº 479/2011.

22/11/2011

11ª Audiência Pública Temática
Secretaria Municipal de Saúde; Autarquias Hospitalares; HSPM.
Local: Salão Nobre, 8º Andar.

17/11/2011

8ª Audiência Pública Temática
Sec. Verde e Meio Ambiente; Fundo Meio Ambiente; Sec. do Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Sec. Relações Internacionais; Ouvidoria do Município; Sec. Participação e Parceiras; Fundo da Criança e do Adolescente; Sec. Esp. Micro-Empendedor Individual.
Local: Sala Sergio Vieira de Mello, 1º Subsolo.

24/11/2011

12ª Audiência Pública Temática
SIURB; Secretaria Serviços; Fundo Municipal de Iluminação Pública; Autoridade Limpeza Urbana/Fundo Municipal de Limpeza Urbana; SPOBRAS; Serviço Funerário.
Local: Auditório Prestes Maia, 1º Andar.

12/12/2011

2ª Audiência Pública Geral
Local: Plenário 1º de Maio, 1º Andar.

Prefeitura tem dinheiro, mas reajuste foi de 0,01%

A notícia não é nova, mas vale ser lembrada diante da intransigência do prefeito Gilberto Kassab em conceder o reajuste há anos reivindicado pelo funcionalismo público municipal. A prefeitura tem um superávit de quase 7 bilhões de reais em seu caixa – valor equivale ao orçamento de Belo Horizonte, que neste ano foi de 7,5 bilhões –, mas continua se recusando a garantir a reposição de 39,7% de perdas salariais acumuladas.

O aumento médio de 14% na arrecadação do IPTU entre o primeiro quadrimestre deste ano e o de 2010 explica parte do superávit. O tributo teve acréscimo de até 45% para residências e até 60% para comerciantes em 2010. O dinheiro no caixa da Prefeitura mais que dobrou em oito meses, entre agosto do ano passado, quando o acúmulo atingia R\$ 2,8 bilhões, e abril deste ano, com a marca de R\$ 6,9 bilhões.

Com um superávit dessa magnitude, não faz sentido a prefeitura permanecer se negando a dar ao funcionalismo o justo aumento pleiteado. Mas, ao que parece, esse valor será investido no próximo ano, quando Kassab certa-

mente tentará emplacar seu sucessor.

Depois de muita luta do Sindsep e dos trabalhadores, diante da greve, o governo decidiu reajustar em 15% o chamado piso mínimo (soma do padrão e de todas as gratificações), de maneira que se algum servidor receber menos que R\$ 630,00, será feita uma complementação para se chegar a este valor, medida que atingiu apenas 10 mil trabalhadores aposentados e algumas centenas de ativos. Para a direção do Sindsep, “a política salarial adotada pelo prefeito é de divisionismo e exclusões, pois gratificação não é salário”.

Para tentar aplacar a insatisfação dos trabalhadores do município, a prefeitura propôs reajuste de 11,23% para 2012, atendendo apenas os quadros da saúde da rede direta, das Autarquias Hospitalares e do HSPM. Ao mesmo tempo, resolveu desengavetar proposta até hoje não cumprida de enviar para a Câmara o Plano de Carreira das Autarquias Hospitalares. Ou seja, enquanto o prefeito teve aumento de 94% e seus secretários de 250%, o funcionalismo sequer pôde ter a reposição da inflação em 2010, calculado em 6,4% pelo IPC-Fipe.

A falta de compromisso com os trabalhadores também pode ser constatada na proposta orçamentária para 2012. Estão previstos 38 bilhões para o próximo ano, crescimento de 7% em relação a 2011, porém somente funcionários da educação e da saúde terão reajuste com impacto de 12% na folha salarial.

Conforme o Sindsep tem ressaltado, é importante que os funcionários públicos permaneçam mobilizados, lutando por melhores condições de trabalho e salário para toda a categoria.

Plenária antecipa campanha salarial 2012

No dia 20 de outubro realizamos uma grande plenária de mobilização do funcionalismo. A atividade que contou com os Representantes Sindicais de Unidade que tem mandato desde 2009 também envolveu novos RSUs eleitos a partir dos comandos de greve e mobilização. Por isso, muitos servidores da saúde, do verde e do serviço funerário estavam representando suas unidades, antes sem representação. A presença de aposentados também foi marcante. Após um balanço com debate sobre a greve ocorrida entre agosto e setembro, foram elaboradas e aprovadas resoluções que permitem reorganizar a mobilização e os setores doravante. O evento marca um novo ciclo na relação do sindicato com a base. Já temos tarefas para cumprir.

REORGANIZAR OS RSUs

A partir de agora, todas as reuniões de RSU serão plenárias organizativas. A próxima, prevista para 8 de dezembro, já terá novo formato para que, além da diretoria apresentar informes e encaminhamentos para organização geral do funcionalismo, as demandas trazidas das unidades possam ser debatidas pelos setores para organização nos locais de trabalho e traçar estratégias de luta e mobilização. As pautas de reivindicações serão revistas para iniciarmos 2012, ano eleitoral, em campanha. Procurem o sindicato para

garantir representantes em suas unidades com dispensa de ponto bimestral.

ACOMPANHAR A LEI ORÇAMENTÁRIA 2012

Uma série de audiências públicas sobre o projeto de lei orçamentária acontecerão até dezembro quando o orçamento para 2012 será votado. É essa lei que deveria prever reajustes para os servidores. A mais importante acontecerá em 12 de dezembro às 10 horas da manhã. Nessa data concentraremos as atividades propostas pela plenária de outubro. Daremos início à Campanha Salarial 2012, participando da audiência pública para cobrar do governo e dos vereadores a inclusão no orçamento dos reajustes para os servidores. Devemos ainda, realizar a entrega dos abaixo-assinados contra a perseguição dos grevistas do serviço funerário. Realizaremos então, um ato público contra o assédio moral na Prefeitura.

ATO PÚBLICO DO FUNCIONALISMO!

DIA 12 DE DEZEMBRO, A PARTIR DAS 10 HORAS, NA CÂMARA MUNICIPAL.

VAMOS LÁ, COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS!

• **COBRAR REAJUSTES PARA 2012**

• **COMBATER A PERSEGUIÇÃO AOS GREVISTAS**

• **COMBATER O ASSÉDIO MORAL**



Falta disposição nas Mesas de Negociação

O Sindsep ocupa os espaços de negociação coerente com os preceitos da democratização das relações de trabalho e de valorização dos processos de negociação, por meio do diálogo e da transparência. Mas, por parte da gestão Kassab, essa disposição parece não ser a mesma em todas as mesas setoriais da Saúde. As reuniões são realizadas mensalmente na Secretaria Municipal da Saúde e no Hospital do Servidor Público Municipal. O mesmo não ocorre na Autarquia Hospitalar Municipal, onde a última reunião aconteceu em agosto!

A despeito disso, o encaminhamento dos temas de interesse das trabalhadoras e trabalhadores da Saúde não para! Com a articulação de suas coordenadoras e coordenadores de região junto às unidades/locais de trabalho, o Sindsep tem pautado nas mesas temas sobre as condições de trabalho; atuação das Organizações Sociais (OS) nas unidades; relações pessoais e interpessoais; gestão de pessoas e valorização profissional; planos de cargos, carreira e salários; formação e capacitação dentre outros.

Boa parte das respostas da administração ainda não é suficiente. Por isso convocamos a todos e todas a continuarem se organizando e aprofundando a discussão desses e de outros temas nos locais de trabalho, seguirem as orientações do Sindsep e a participarem das reuniões do GT Saúde.

Veja alguns dos pontos discutidos

• CENTROS OBSTÉTRICOS/PROGRAMA MÃE PAULISTANA: NÃO PODE HAVER SUBSTITUIÇÃO!

Segundo a SMS, não haverá substituição de servidores(as) estatutários(as) ou empregados(as) públicos(as), mas sim a complementação das equipes, por meio de parceira com o Centro de Estudos Dr. João Amorim. Assumido o compromisso vamos cobrá-lo! (*)

• PORTARIA Nº 236/2011: MAIS UM PASSO DA GESTÃO KASSAB EM DIREÇÃO À TERCEIRIZAÇÃO?

A Portaria reorganiza o atendimento nos hospitais municipais para implantar unidades de urgência e emergência autônomas, subordinadas diretamente à Autarquia Hospitalar Municipal (AHM). Seria um passo em direção à terceirização ou medida legítima para melhorar a administração dos PS?

• PORTARIA Nº 1.590/2009: SAIU SÓ A LIBERAÇÃO DE MÉDICAS(OS)!

Depois de um ano de feita a opção, a liberação só ocorreu para médicos(as) para cobrir os buracos na rede da AHM. Para demais profissionais em Unidades da SMS e da AHM, a remoção/remanejamento continua aguardando liberação da administração, que ale-

ga depender de orçamento. Queremos a liberação para todas(os). Continuamos cobrando!

• APOSENTADORIA ESPECIAL: AÇÃO DO SINDSEP GARANTE O DIREITO DE ANÁLISE DO PEDIDO!

Decisão do Supremo Tribunal Federal, reconhecida pela PMSP (DOC 15/10/2011), assegura aos associados e associadas do Sindsep o direito de terem seus pedidos de aposentadoria especial analisados pela Municipalidade. O Sindsep encaminhou à Sempla solicitação do quantitativo de trabalhadores e trabalhadoras por setor, os quais não tiveram seus pedidos de aposentadoria especial apreciados e orienta as(os) associadas(os) a consultar a assessoria jurídica do sindicato antes de efetuar o seu pedido, a fim de verificar se a opção é ou não mais vantajosa. (*)

• INCORPORAÇÃO DE APOSENTADORIA (DECRETO Nº 50.729/2009): ATÉ AGORA NADA!

A SMS informou que aguarda ajustes finais no sistema pelo DERH para efetivar a incorporação das parcelas remuneratórias nos proventos das(os) aposentadas(os). O Sindsep não vai deixar barato! Entre em contato com o Sindsep. Vamos fazer um cadastro das pessoas que estão nessa situação e organizar uma ação para pressionar a efetivação desse direito! (*)

(*) *Veja a íntegra da resposta da SMS na página do Sindsep - www.sindsep-sp.org.br*

Parcerias Público Privadas: fracassou mais uma tentativa de fazer a licitação!

Fracassou mais uma tentativa de abertura dos envelopes para a licitação de construção de três hospitais, ampliação/reforma de outros seis e implantação de quatro centros diagnóstico por imagem, por meio de Parcerias Público Privadas (PPPs). Reflexo da pressão social e talvez desinteresse da iniciativa privada, por achar insuficiente o lucro que obterá, já que é um contrato de longo período e demanda um investimento financeiro significativo. Mobilize colegas e vamos dizer "Não às PPPs!", dia 30/11, às 8 horas, na AHM.

SMS diz para HSPM "não pagar promoção por causa da greve"!!!

Na última reunião da mesa de negociação, a Superintendente informou ter recebido orientação da SMS para "não pagar promoção por causa da greve". Retaliação? Um absurdo! Entretanto, ela tem reiterado à representação do Sindsep seus esforços junto à SMS no sentido de garantir o pagamento. Vamos cobrar esse compromisso!

AGENDA

Agora é na Câmara!

**ASSEMBLEIA SETORIAL DA SAÚDE,
DIA 19/11, AS 10H,
1º ANDAR, NO SINDSEP**

• Orçamento 2012 - Saúde

Audiência Pública Temática: SMS, AHM, HSPM, dia 22/11, as 10h, Salão Nobre, 8º Andar. Câmara Municipal de São Paulo.

• Parcerias Público Privadas

Diga Não às PPPs! Dia 30/11, 8h, na AHM.

PARTICIPE DO GT SAÚDE

• Em novembro, excepcionalmente a reunião do GT Saúde será no dia 12/11, sábado, 10h. No Sindsep, 1º andar!

Confirme sempre a agenda de reuniões do GT Saúde com o (a) Coordenador(a) de sua Região! Ou ligue no Sindsep.

Campanha salarial

A proposta salarial do governo Kassab é insuficiente. Não recupera as perdas, exclui boa parte do conjunto de trabalhadoras e trabalhadores, e busca dividir a categoria. Mas é inegável que nossa LUTA forçou o diálogo e arrancou resultados da gestão.

A Saúde participou da Campanha Salarial e se solidariza com

companheiros do Serviço Funerário pela revogação da Portaria nº 960/2011. Ainda não assinamos o Protocolo Geral de Negociação 2011. Não recuamos no nosso direito de organização por local de trabalho, de livre manifestação, e de greve, conforme estabelecido pelo preceito constitucional.

O tamanho da CONQUISTA depende do tamanho da LUTA que desenvolvemos!

Agora a luta é na Câmara Municipal

Depois de muita pressão, o executivo encaminhou à Câmara o PL 477/2011 que trata do Plano de Empregos Públicos, Carreiras e Salários da AHM que reúne todos os cargos NB, NM, NS tendo como base o QPS e demais cargos da administração direta. Além disso, inclui o reajuste de 11,23% nos salários de parte da SMS, AHM e HSPM a partir de janeiro de 2012; altera o PPD (Lei nº 14.713/2008) de 30% para 60% para Nível Superior da Saúde, dentre outros temas. A principal preocupação do Sindsep é que não haja perda de direitos. E já deliberou por elaborar propostas de emendas ao Projeto.

VEJA ALGUNS QUESTIONAMENTOS

- Reajuste de 11,23% exclui nível básico e operacional. Defendemos a extensão a todas(os);

- PPD de 30% para 60% apenas para Nível Superior da Saúde. Defendemos que também seja para o nível básico, médio e superior (que não são da saúde);

- Retroage o pagamento do enquadramento no plano a agosto de 2009 e parcela os atrasados em 9 vezes, mas impede a correção monetária desses atrasados. Defendemos a exclusão do parágrafo 3º do art. 30 e a aplicação da correção monetária;

- Quinquênio e sexta parte: não consta do PL 477/2011. Defendemos incluir no plano e assim seguir o que prevê o art. 97 da Lei Orgânica do Município, de 04/04/1997.

Para ver o PL 477/2011 na íntegra acesse a página do Sindsep na internet!

14ª Conferência Nacional de Saúde

“*Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro*”. Este é o tema central da 14ª Conferência Nacional que está sendo realizada em três etapas: I. Municipal – 28 e 29 de junho; II. Estadual - 31 de agosto a 2 de setembro; III. Nacional - 30 de novembro a 4 de dezembro

A condição para ser delegado em qualquer uma destas etapas foi, principalmente, ter participado das pré-conferências que aconteceram em cada sub-prefeitura no dia 4 de junho, e em 11 de junho, em plenária específica, foram eleitos mais de 200 trabalhadores que representarão todo o seguimento na etapa Municipal. Sucessivamente foram eleitos os delegados das etapas seguintes.

Impulsionar, reafirmar e buscar a efetividade dos princípios e diretrizes do SUS; definir diretrizes e prioridades para

as políticas de saúde; fortalecer o controle social no SUS, consiste nos principais objetivos desta Conferência. O eixo de discussão será: *Acesso e Acolhimento com Qualidade - Um Desafio para o SUS*.

O evento é muito importante tanto para os usuários como para os trabalhadores. Após vinte anos de existência o sistema passa por uma avaliação, sobretudo no que se refere ao modelo de gestão. Por isso é muito importante para nós, trabalhadores, acompanhar todo esse processo, mesmo não sendo delegados. Devemos procurar os eleitos de nossa unidade, assim como também os representantes dos usuários e debater com eles a experiência que temos no serviço público, as dificuldades de realizar o trabalho, o descaso dos gestores e principalmente nosso compromisso com um serviço de melhor qualidade.

SINDICALISMO

Dirigentes do Sindsep na 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres

O Sindsep marcou presença na 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, realizada entre os dias 8 e 10 de outubro em São Paulo. Junéia Martins Batista foi palestrante pela CUT nacional; Ana Rosa da Costa foi eleita coordenadora da mesa de saúde; Fátima Câmara e Solange Ribeiro participaram da organização do evento. Além das lideranças sindicais, as funcionárias públicas tiveram presença massiva no evento, o que demonstra o compromisso da categoria com a luta das mulheres pela igualdade de direitos em nossa sociedade.

Dentro das propostas defendidas pela CUT e a Marcha Mundial das Mulheres, bem como pelo Sindsep, todas foram aprovadas. No eixo dedicado à autonomia econômica e igualdade no mundo trabalho com inclusão social, passou o item dedicado à igualdade de oportunidades e garantia de direitos no trabalho, que coloca a necessidade de se desenvolver políticas que garantam a igualdade de gênero e raça no mercado de trabalho com o objetivo de valorizar o salário mínimo, aumentando o piso nos âmbitos municipal, estadual e federal, além do combate à desigualdade salarial e ao constrangimento moral no local de trabalho. O item também destaca a garantia do direito à sindicalização a partir da definição de mecanismos de combate aos atos contra a liberdade sindical.

Também foi aprovado tópico do terceiro eixo, dedicado à saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, que trata da saúde pública, universal, integral e laica. “Em cumprimento aos princípios do SUS, que preconiza universalidade, inte-



gralidade, equidade e igualdade, combater a terceirização; revogar a lei que institui as OSs com restituição das Unidades de Saúde hoje terceirizadas à rede pública de saúde; garantir a laicidade do Estado e respeitar e estimular o controle social, fiscalizando e debatendo as políticas públicas locais elaboradas e executadas na região dos conselhos gestores das unidades de saúde e sociedade civil organizada”, coloca a proposta. Foi aprovada também a descriminalização do aborto.

O item também aborda, entre outros pontos, a necessidade de aumentar a contratação de profissionais na área da saúde; resgatar o componente ético-político do trabalho da saúde; ampliar os serviços de saúde; combater a precarização do trabalho e focar a saúde no acolhimento, atendimento qualificado e acesso aos serviços públicos. O detalhamento dos eixos defendidos na conferência será em breve disponibilizado no site do Sindsep.

Com o fim das etapas municipais e estaduais, o debate chega agora à sua fase final com a realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em Brasília, dias 12 a 15 de dezembro.

Assédio moral: DENUNCIE!

Os números preocupam: nosso Plantão de Atendimento registra, em média, 30 denúncias de assédio moral por mês! São trabalhadores e trabalhadoras dos mais variados setores da PMSP submetidos cotidianamente a situações humilhantes e constrangedoras no exercício de suas funções.

Sem uma resposta da Sempla para nossa proposta de combate ao assédio moral na PMSP, a Plenária de Mobilização de 20/10 reforçou ainda mais a linha de atuação que o Sindsep já vem desenvolvendo sobre o tema, e tirou resoluções voltadas à orientação, mobilização, e denúncia.

Exemplos dessas ações são as pa-

lestras para orientar quais caminhos e atitudes devem ser tomados por quem sofre constrangimentos no seu local de trabalho.

A mais recente delas, com excelente repercussão, ocorreu em 26/10, SIPAT-HSPM. Convidada por representantes da CIPA, a presidenta do Sindsep, Irene Batista de Paula, abordou as contribuições da literatura especializada e das experiências vivenciadas no dia a dia revelando como o assédio moral se apresenta nos locais de trabalho.

Não se deixe intimidar! Denuncie toda forma de opressão e constrangimento no seu local de trabalho! Fale com o(a) coordenador(a) de sua região!

SAÍRAM OS PRIMEIROS PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS DO SINDSEP PELA FILA DE PRIORIDADE

O Sindicato já protocolou mais de 1.500 pedidos de prioridades nos termos da Emenda Constitucional 62/2009 (mais de 60 anos e doenças graves).

Nas fotos, diretores do Sindsep entregam os cheques



Teatro - **ESTE É O SEU PROBLEMA** - Textos de Harold Pinter - Direção Celso Frateschi - Assistência de Mauro Schammes - Grupo de Teatro "Nóis" não usa black tie - Dia 12 de novembro - Festival Internacional de Teatro de São José do Rio Preto

Servidores do Verde e Meio Ambiente mantêm mobilização

Após a fundamental participação na greve, que paralisou de forma majoritária a sede da secretaria e diversos polos descentralizados, os servidores da Secretaria do Verde e Meio Ambiente mantêm a mobilização. Após a greve, diversas assembleias e reuniões aconteceram na secretaria. A decisão foi de que os servidores assumiriam coletivamente as faltas nos dias de greve e fariam pressão para que as mesmas fossem retiradas, chegando inclusive a realizar uma reunião com o secretário da pasta, Eduardo Jorge. Além de reivindicar a retirada das faltas, foi entregue uma carta contendo os motivos que levaram os servidores à greve e assuntos específicos do dia a dia da secretaria. O secretário comprometeu-se em levar ao

prefeito Kassab as demandas dos servidores.

Conquistada a retirada das faltas, com a compensação dos dias parados, os servidores discutem a organização interna. Foi enviado à SEMPLA uma solicitação para a abertura de uma mesa de negociação permanente na secretaria.

Na plenária de mobilização do dia 20 de outubro, também foi importante a participação dos servidores de Verde e Meio Ambiente. Vários trabalhadores pediram a palavra e apresentaram um balanço da greve. Em novembro está marcada uma assembleia dos servidores da secretaria para discutir a eleição de Representantes Sindicais de Unidade junto ao Sindsep e a mesa setorial de negociação.

CCOI

Servidores reagem e procuram sindicato

Os servidores do Centro de Controle Integrado 24 horas, órgão vinculado a Coordenadoria das Subprefeituras, conta com uma equipe de Agentes de Apoio e AGPPs que trabalham em ações de alta periculosidade, por exemplo a fiscalização de ambulantes (vide os enfrentamentos dos últimos dias na Rua 25 de Março). Em uma situação extremamente precária, com falta de equipamentos de segurança e locais adequados com vestiário e copa, para refeições. Atualmente os agentes de apoio estão alojados em um espaço físico

destinado ao serviço funerário, embaixo do viaduto Maria Paula. Um local inadequado para a instalação da unidade. Fora isso, seus horários de trabalho são constantemente alterados, além de terem que trabalhar nos finais de semana.

Os servidores que já não aguentam mais esta situação, procuraram o sindicato para se organizarem, lutando por melhores condições de trabalho e foi realizada uma reunião com os servidores na sede do CCOI. Houve a participação de cerca de 50 Agentes de Apoio, ficou decidido que uma nova assembleia será realizada no final de outubro, vamos eleger RSUs (Representantes Sindicais de Unidade) junto ao Sindsep e organizar uma CIPA na unidade.

Os servidores, que acompanharam a recente greve que realizamos, estão dispostos a participar também da campanha por reajuste salarial e lutar pelas alterações dos atuais planos de carreira.

Jornal do Sindsep - Municipais/SP

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo
Rua da Quitanda, 162 - Centro - Tel. (11) 2129 2999
São Paulo/SP - CEP 01012-010

IMPRESSO

END. DEVOLUÇÃO: Rua da Quitanda, 162 cep: 01012-010 - Centro - SP

PARA USO DO CORREIO

- | | |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado |
| <input type="checkbox"/> Falecido | <input type="checkbox"/> Inf. escrita p/port/sindicato |
| <input type="checkbox"/> Ausente | <input type="checkbox"/> |

DATA

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM

ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR

IMPRESSO ESPECIAL

9912277068-DRSPM

SINDSEP
CORREIOS

